

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

ACESSIBILIDADE: PARA QUE SERVE?¹ **ACCESSIBILITY: WHAT IS IT FOR?**

Marília Mori Mazzurana², Alessandro Brezolin De Paula³, Tarcisio Dorn De Oliveira⁴

¹ Pesquisa Institucional desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias - Gtec da UNIJUI através do Projeto de Pesquisa Espaço construído e inclusão social: levantamento e análise da acessibilidade da acessibilidade da área urbana de Ijuí / RS.

² Estudante de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Bolsista de Iniciação Científica (PROAV-UNIJUI).

³ Estudante de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Bolsista de Iniciação Científica (PROAV-UNIJUI).

⁴ Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Exatas e Engenharia. (DCEEng-UNIJUI).

INTRODUÇÃO

O termo acessibilidade traz questões relevantes associadas à inclusão social e ao convívio com as diferenças, haja vista, que a acessibilidade busca arquitetar uma sociedade mais similar para todos os habitantes. A acessibilidade traz a equiparação de oportunidades e para isso é necessário, projetar além das leis, pensando na diversidade humana, visto que a sociedade ainda apresenta-se com alguns parâmetros de resistência de absorver e acolher todos seus integrantes sem discriminação.

Para Oliveira e Callai (2018) o espaço pode libertar ou aprisionar e, neste sentido, cabe a ideia de que a inclusão deve acolher a todos, sem exceção, independentemente das condições. A cidadania reserva um conjunto de direitos e deveres no usufruto dos espaços e na possibilidade em poder acessá-lo, (re) conhece-lo e transformá-lo. Para os autores supracitados, é preciso ter o entendimento que todo sujeito possui identidade e pertencimento - que é social, mas também é espacial - o que encaminha desenvolver e a promover a cidadania.

Logo, a acessibilidade envolve desde o princípio das edificações- parte relevante e necessária para um bom aproveitamento da construção, como o planejamento da cidade e a integração da cidadania populacional. Essa discussão busca apresentar o conceito de acessibilidade e a importância da mesma no cotidiano da população, enfatizando que a acessibilidade não ampara exclusivamente o portador de deficiência, mas prioriza o convívio de uma sociedade mais igualitária e social.

METODOLOGIA

O ensaio teórico está estruturado através de uma revisão de literatura em que foram realizados levantamentos bibliográficos desenvolvidos com base em material já elaborado. A partir dos dados

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

obtidos, realizou-se a análise e interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão sobre o tema abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As questões de acessibilidade surgiram no mundo como interesse social após o acontecimento da guerra do Vietnã, que resultou no retorno de diversos soldados mutilados que adquiriram problemas de mobilidade total ou parcial. Segundo Souza (2006) as dificuldades encontradas foram às barreiras físicas que impediam o exercício da cidadania. Assim, começou a tomada de consciência acerca da acessibilidade ao espaço, visto que nessa época o país sofreu um confronto com os veteranos que até o momento eram considerados guerreiros, e após o retorno tornaram-se incapaz de realizar qualquer atividade na sociedade.

Para manter a ordem das cidades, surgem então as primeiras leis que impõem a preocupação com o acesso às edificações, onde fazia inclusão da população com mobilidade reduzida. Hoje existem leis que amparam tanto o portador com dificuldades de mobilidade quanto o auditivo ou visual. Oliveira et.al (2019, p. 336) observam que “fomentar o debate do planejamento urbano pela inclusão social e acessibilidade é importante para que a sociedade tenha em mente de que a cidade é de todos e que a mesma deve ser capaz de abraçar a diversidade que compõe o meio urbano”.

A primeira norma técnica, sobre acessibilidade no Brasil, surgiu no ano de 1994. Denominada NBR 9050, que em sua revisão, realizada em 2004, teve o título alterado para “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, aderindo uma evolução mundial da acessibilidade como recurso para qualquer pessoa e não somente para a pessoa com deficiência, e esta, atualizada em 2015.

A acessibilidade é a forma de aproveitamento dos espaços construídos que possibilita a segurança do usuário condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (TORRES; MAZZONI, 2002). Segundo Oliveira (2003, p. 07) “[...] em termos de legislação, a acessibilidade pode ser interpretada como a eliminação de barreiras arquitetônicas nos ambiente[...] para que as pessoas com deficiência possam ter acesso a informações, adaptação de meios de comunicação e sinalização”.

ANBR 9050 (ABNT, 2015) observa que acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para realização com segurança da atividade proposta pelo usuário, sendo ela na zona urbana ou rural. A Norma também esclarece que espaços acessíveis são executados para que possam ser alcançados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa, poisela também está presente na ilustração com cores e relevos e no jogo de diferentes sons, onde possibilitam uma diferença perceptível visual, tátil ou sonora facilitando assim a trajetória com segurança do indivíduo.

Para Ribeiro (2014) a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social; constituindo um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por isso, o autor salienta que, deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

uso público.

O problema esta na falta de facilitar a passagem do próximo, pois são poucos planejamentos de acessos principais que possibilitam ser usados por todos sem restrições e distinções de pessoas com dificuldades de mobilidade. Logo, para Alves (2006) o problema de encarar a acessibilidade como um problema exclusivo de um grupo social ou modo de transporte, com soluções técnicas específicas, é que estas passam quase sempre a constituir soluções à posterior, fora do contexto do planejamento cotidiano.

O desenho universal trabalha com a possibilidade de uso, flexibilidade, captação da informação, preocupação com as dimensões trabalhadas e a tolerância ao erro, elevando a importância do mínimo de esforço físico do usuário e a interação de toda a sociedade. De acordo com Paixão (2014) tornar o espaço público e as edificações acessíveis, dentro do conceito do Desenho Universal, é pensar a cidade futura, em que todos têm acesso à educação, esporte, lazer, trabalho e transporte - é promover a cidadania, diminuindo a desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um aliado importante para a construção efetiva de espaços acessíveis são as Normas do Desenho Universal, pois através delas há a possibilidade de alcançar e prever maior embelezamento das formas arquitetônicas permitindo ao usuário melhor apreço do ambiente beneficiado. É necessário o cuidado para que as pessoas com necessidades especiais sejam capazes não apenas acessar áreas, mas também consigam se integrar ao ambiente com as condições que apresentam, rompendo barreiras importantes para suas vidas.

A acessibilidade concederá população a melhoria na qualidade de vida, no conforto ambiental e na segurança das distintas realizações de atividades diárias, pois proporciona há todos acessos mais rápidos e com menos esforços corporais facilitando o deslocamento no dia-a-dia do cidadão. Pensar em acessibilidade está vinculado aum pensamento da saúde futura do usuário, visto que podem ocorrer imprevistos em nossa vida, havendo a necessidade de fazer uso de alguns meios de acesso às edificações sendo ele temporário ou permanente.

A acessibilidade constitui-se em um direito para o indivíduo portador de deficiência de mobilidade, visual e/ou auditiva, em que o cidadão será capaz de exercer plenamente a sua cidadania independente do ambiente que se encontra, sem a necessidade de um acompanhante ou auxiliar para a realização dos seus movimentos. Fica evidente que a acessibilidade só conseguirá interferir na edificação quando a população compreender o direito de ir e vir sem restrições a todos, pois de nada adianta proporcionar um ambiente acessível se a população invade o espaço sem a responsabilidade de incluir o próximo. Diante disso, entende-se a necessidade de trabalhar o dialogo sobre a inclusão social em um ambiente desobstruído.

Palavras-chave: Planejamento; Mobilidade reduzida; Sociedade;

Keywords: Planning; Reduced mobility; Society;

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:Acessibilidade de pessoas

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro, 16 p. 2015.

ALVES, M. Mobilidade e acessibilidade: conceitos e novas práticas. Indústria e Ambiente, n. 55, 2006, p. 12 - 14.

OLIVEIRA, Elaine Teresa Gomes. Acessibilidade na universidade estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência. Faculdade de filosofia e ciências da universidade Estadual Paulista. Marília-SP, 2003, p. 202.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; CALLAI, Helena Copetti. Inclusão social e cidadania: reflexões sobre mobilidade e acessibilidade em espaços escolares. Interfaces Científicas, Aracaju / SE, p. 123-132, fev. 2018.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de et al. O desenho universal para a garantia da acessibilidade e ferramenta para o planejamento urbano. In: SCHÜTZ, Jenerton Arlan; DERING, Renato de Oliveira. Entremeios Educacionais: perspectivas teórico-metodológicas na/da formação do sujeito. São Carlos - SP: Pedro & João Editores, 2019.

PAIXÃO, Luciana. A importância do projeto de acessibilidade no projeto arquitetônico. Disponível em: <https://www.arquiteta.com.br/blog/acessibilidade-importancia/>, acesso em 15 de jul de 2019.

RIBEIRO, Lauro Luiz gomes. Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência. Saraiva Editora, 2016, Edição 1.

SOUZA, Ana Cristina Satiro. Passado, Presente e Futuro nos Caminhos da Acessibilidade. Revista Pandora Brasil, 2006.

TORRES, F. E. ; MANZZONI, A. A. A acessibilidade à informação no espaço digital. Brasília, 2002, p. 83-91.